

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.738.156
Preferenciais	0
Total	7.738.156

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2014	Dividendo	12/03/2014	Ordinária		0,71000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	8.513.073	7.613.091
1.01	Ativo Circulante	154.869	437.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.203	110.278
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.323	264
1.01.03	Contas a Receber	897	298.267
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	897	298.267
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	0	296.918
1.01.03.02.02	Demais Contas a Receber	897	1.349
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.446	27.067
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	1.907
1.02	Ativo Não Circulante	8.358.204	7.175.308
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	810.337	794.201
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.283	395
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.283	395
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	774.159	772.194
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.895	21.612
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.747	21.464
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	148	148
1.02.02	Investimentos	7.301.704	6.134.944
1.02.02.01	Participações Societárias	7.301.704	6.134.944
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.278.880	6.112.193
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	22.824	22.751
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	8.513.073	7.613.091
2.01	Passivo Circulante	834.619	293.402
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	158	141
2.01.02	Fornecedores	19	1.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	13	583
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	822.563	53.287
2.01.04.02	Debêntures	822.563	53.287
2.01.05	Outras Obrigações	11.866	238.258
2.01.05.02	Outros	11.866	238.258
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.578	237.938
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	288	320
2.02	Passivo Não Circulante	109.152	799.728
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	799.197
2.02.01.02	Debêntures	0	799.197
2.02.04	Provisões	109.152	531
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	539	531
2.02.04.02	Outras Provisões	108.613	0
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	108.613	0
2.03	Patrimônio Líquido	7.569.302	6.519.961
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	526.087	20.246
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.978	6.107
2.03.04	Reservas de Lucros	2.595.111	2.753.331
2.03.04.01	Reserva Legal	335.099	335.099
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.038.467	1.038.467
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	161.584
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-111.521	-114.885
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	546.097	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.411	5.428
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	51.932	38.076

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	288.388	529.597	331.964	585.006
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.836	-27.112	-2.342	-5.196
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.753	7.753	2.343	5.246
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	288.471	548.956	331.963	584.956
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	288.388	529.597	331.964	585.006
3.06	Resultado Financeiro	16.190	15.503	-579	2.842
3.06.01	Receitas Financeiras	29.905	59.901	28.061	48.602
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.715	-44.398	-28.640	-45.760
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	304.578	545.100	331.385	587.848
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.513	888	-49.318	-60.944
3.08.01	Corrente	0	0	-49.317	-60.908
3.08.02	Diferido	-5.513	888	-1	-36
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	299.065	545.988	282.067	526.904
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	299.065	545.988	282.067	526.904
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,54750	1,00250	0,52810	0,98660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,54360	0,99520	0,52590	0,98230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	299.065	545.988	282.067	526.904
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.571	13.839	20.096	-3.894
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	-65	-17	-6	13
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	7.636	13.856	20.102	-3.907
4.03	Resultado Abrangente do Período	306.636	559.827	302.163	523.010

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	712.054	208.060
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	722.048	168.352
6.01.01.01	Lucro líquido do período	545.988	526.904
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-548.956	-584.956
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	47.582	31.855
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-888	36
6.01.01.05	Dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto	678.322	194.513
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.994	39.708
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	2.621	17.572
6.01.02.02	Demais contas a receber (AC)	452	-788
6.01.02.03	Despesa Antecipada	1.907	0
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	-1.114	-138
6.01.02.05	Salários e encargos sociais (PC)	17	3
6.01.02.06	Obrigações tributárias (PC)	-11	-3.029
6.01.02.08	Demais contas a pagar (PC)	-32	0
6.01.02.09	Impostos a recuperar (ANC)	-13.283	25.999
6.01.02.10	Depósitos judiciais (ANC)	0	84
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	8	5
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-559	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-282.124	666.963
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	-46.024	-33.037
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	-236.100	0
6.02.05	Redução de Capital de Controladas	0	700.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-455.005	-405.110
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-75.489	-66.665
6.03.04	Dividendos pagos	-387.944	-352.608
6.03.05	Venda de ações em tesouraria	12.653	0
6.03.06	Custos na emissão de ações	-2.260	0
6.03.08	Sociedades relacionadas	-1.965	14.163
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.075	469.913
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.278	76.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.203	546.894

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	347.621	0	0	0	489.534
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.653	0	0	0	12.653
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-161.584	0	0	0	-161.584
5.04.09	Ágio na subscrição de ações	0	498.812	0	0	0	498.812
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	545.988	13.839	559.827
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	545.988	0	545.988
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.839	13.839
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17	-17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	13.856	13.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-129	0	109	0	-20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-129	0	129	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20	0	-20
5.07	Saldos Finais	3.838.686	420.544	2.706.632	546.097	57.343	7.569.302

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.696.773	59.269	2.221.555	0	12.644	5.990.241
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	2.994	0	-12.638	-9.644
5.02.01	Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	0	0	2.994	0	-12.638	-9.644
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.696.773	59.269	2.224.549	0	6	5.980.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-147.195	0	0	0	-147.195
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-147.195	0	0	0	-147.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	526.904	-3.894	523.010
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	526.904	0	526.904
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.894	-3.894
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13	13
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.907	-3.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-130	0	109	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-130	0	130	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21
5.07	SalDOS Finais	3.696.773	-88.056	2.224.549	527.013	-3.888	6.356.391

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.913	2.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.666	-2.871
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	7.753	5.246
7.03	Valor Adicionado Bruto	-16.913	2.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-16.913	2.375
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	608.857	633.558
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	548.956	584.956
7.06.02	Receitas Financeiras	59.901	48.602
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	591.944	635.933
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	591.944	635.933
7.08.01	Pessoal	2.046	1.955
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.911	75.034
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.821	32.040
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	545.988	526.904
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	545.988	526.904

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	17.699.370	16.378.545
1.01	Ativo Circulante	8.359.323	7.903.941
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.261.777	2.276.069
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.088.191	1.149.132
1.01.03	Contas a Receber	2.422.009	2.341.075
1.01.03.01	Clientes	2.374.771	2.321.537
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	47.238	19.538
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	47.238	19.361
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	0	177
1.01.04	Estoques	1.980.217	1.592.513
1.01.06	Tributos a Recuperar	527.682	479.975
1.01.07	Despesas Antecipadas	79.447	65.177
1.02	Ativo Não Circulante	9.340.047	8.474.604
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.447.058	1.386.683
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.336	107.881
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.618	10.618
1.02.01.03	Contas a Receber	136.578	131.112
1.02.01.03.01	Clientes	128.439	124.478
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.139	6.634
1.02.01.06	Tributos Diferidos	401.831	376.132
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	401.831	376.132
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	103.451	97.805
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.858	10.858
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	10.858	10.368
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	724.386	652.277
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	52.944	37.365
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	671.442	614.912
1.02.02	Investimentos	65.444	58.941
1.02.02.01	Participações Societárias	65.444	58.941
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	62.630	56.127
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.814	2.814
1.02.03	Imobilizado	4.898.263	4.860.225
1.02.04	Intangível	2.929.282	2.168.755

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	17.699.370	16.378.545
2.01	Passivo Circulante	3.899.874	3.764.492
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	240.862	297.654
2.01.02	Fornecedores	873.956	968.950
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	793.470	907.138
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	80.486	61.812
2.01.03	Obrigações Fiscais	205.048	230.244
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.409.133	1.829.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.573.707	1.767.824
2.01.04.02	Debêntures	832.339	60.377
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	3.087	1.788
2.01.05	Outras Obrigações	88.851	352.978
2.01.05.02	Outros	88.851	352.978
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.208	242.207
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	51.882	93.040
2.01.05.02.05	Receita Diferida	22.761	17.731
2.01.06	Provisões	82.024	84.677
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.546	69.306
2.01.06.02	Outras Provisões	16.478	15.371
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.556	3.449
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	11.922	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	6.203.810	6.067.167
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.105.246	5.139.637
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.661.031	3.697.999
2.02.01.02	Debêntures	1.398.796	1.399.035
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	45.419	42.603
2.02.02	Outras Obrigações	98.783	90.731
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.870	3.872
2.02.02.02	Outros	94.913	86.859
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	86.555	77.725
2.02.02.02.04	Receita Diferida	8.358	9.134
2.02.03	Tributos Diferidos	70.772	101.499
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.772	101.499
2.02.04	Provisões	929.009	735.300
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	647.001	569.714
2.02.04.02	Outras Provisões	282.008	165.586
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	66.394	66.212
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	107.001	99.374
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	108.613	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.595.686	6.546.886
2.03.01	Capital Social Realizado	3.838.686	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	526.087	20.246
2.03.03	Reservas de Reavaliação	5.978	6.107
2.03.04	Reservas de Lucros	2.595.111	2.753.331
2.03.04.01	Reserva Legal	335.099	335.099
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.038.467	1.038.467

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	161.584
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-111.521	-114.885
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	546.097	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.411	5.428
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	51.932	38.076
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	26.384	26.925

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.667.233	32.614.097	15.204.104	28.804.072
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.367.386	-30.042.257	-14.043.739	-26.580.121
3.03	Resultado Bruto	1.299.847	2.571.840	1.160.365	2.223.951
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-765.397	-1.549.658	-647.184	-1.286.255
3.04.01	Despesas com Vendas	-522.787	-1.027.623	-433.957	-848.603
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-260.760	-564.660	-241.864	-485.577
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.554	41.568	19.532	35.245
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-336	6.692	9.188	14.722
3.04.05.01	Resultado na venda de bens, líquido	-336	6.692	9.188	14.722
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.068	-5.635	-83	-2.042
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	534.450	1.022.182	513.181	937.696
3.06	Resultado Financeiro	-98.574	-213.343	-94.222	-154.844
3.06.01	Receitas Financeiras	80.828	171.254	47.501	100.438
3.06.02	Despesas Financeiras	-179.402	-384.597	-141.723	-255.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	435.876	808.839	418.959	782.852
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-134.466	-258.154	-135.278	-252.646
3.08.01	Corrente	-134.150	-273.653	-113.029	-222.595
3.08.02	Diferido	-316	15.499	-22.249	-30.051
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	301.410	550.685	283.681	530.206
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	301.410	550.685	283.681	530.206
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	299.065	545.988	282.067	526.904
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.345	4.697	1.614	3.302
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,54750	1,00250	0,52810	0,98660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,54360	0,99520	0,52590	0,98230

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	301.410	550.685	283.681	530.206
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.571	13.839	20.096	-3.894
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	-65	-17	-6	13
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	7.636	13.856	20.102	-3.907
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	308.981	564.524	303.777	526.312
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	306.636	559.827	302.163	523.010
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.345	4.697	1.614	3.302

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 30/06/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	587.071	514.847
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.258.723	1.186.605
6.01.01.01	Lucro líquido do período	550.685	530.206
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades controladas em conjunto e coligadas	5.635	2.042
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	430.692	382.237
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	6.221	6.119
6.01.01.05	Despesas com retirada de tanques	-1.917	-1.787
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	286.132	246.917
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-15.499	30.051
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	-6.692	-14.722
6.01.01.09	Outros	1.927	2.638
6.01.01.12	Dividendos recebidos de controladas	1.539	2.904
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-426.896	-515.398
6.01.02.01	Contas a receber de clientes (AC)	18.523	-173.802
6.01.02.02	Estoques (AC)	-221.678	-106.430
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	-34.746	76.882
6.01.02.04	Demais contas a receber (AC)	-24.326	-9.746
6.01.02.05	Despesas antecipadas (AC)	-9.893	-45.822
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-212.196	-311.476
6.01.02.07	Salários e encargos sociais (PC)	-73.330	-44.657
6.01.02.08	Obrigações tributárias (PC)	-1.632	26.925
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	185.335	117.739
6.01.02.10	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	-3.760	3.503
6.01.02.11	Receita diferida (PC)	197	-4.995
6.01.02.13	Demais contas a pagar (PC)	-49.390	-43.519
6.01.03	Outros	-244.756	-156.360
6.01.03.01	Contas a receber (ANC)	-3.961	6.854
6.01.03.02	Impostos a recuperar (ANC)	-15.578	4.475
6.01.03.03	Depósitos judiciais (ANC)	-55.246	-24.167
6.01.03.04	Demais contas a receber (ANC)	-1.505	-772
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	4.189	-3.845
6.01.03.06	Benefícios pós-emprego (PNC)	7.627	7.051
6.01.03.07	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	31.089	11.703
6.01.03.08	Demais contas a pagar (PNC)	1.734	-4.438
6.01.03.09	Receita diferida (PNC)	-776	-1.122
6.01.03.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-212.329	-152.099
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-282.986	-413.276
6.02.01	Aplicações financeiras, líquidas de resgates	109.486	-18.334
6.02.02	Aquisição de investimento líquido	0	-6.168
6.02.03	Caixa de controladas adquiridas	9.123	0
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-263.402	-234.164
6.02.05	Aquisição de intangível	-155.523	-178.953
6.02.06	Aporte de capital em controladas e negócios em conjunto	-13.500	-12.580
6.02.07	Receita com a venda de bens	30.830	36.923

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-318.234	-62.464
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	1.071.672	1.110.776
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-524.751	-355.518
6.03.03	Financiamentos e debêntures - juros pagos	-465.356	-456.865
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil	-2.718	-2.232
6.03.05	Dividendos pagos	-394.819	-358.625
6.03.07	Custos na emissão de ações	-2.260	0
6.03.08	Sociedades relacionadas	-2	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-143	-60
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.292	39.047
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.276.069	2.021.114
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.261.777	2.060.161

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	73.052	2.706.632	0	43.504	6.519.961	26.925	6.546.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.913	347.621	0	0	0	489.534	0	489.534
5.04.01	Aumentos de Capital	141.913	0	0	0	0	141.913	0	141.913
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-2.260	0	0	0	-2.260	0	-2.260
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.653	0	0	0	12.653	0	12.653
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-161.584	0	0	0	-161.584	0	-161.584
5.04.09	Ágio na subscrição de ações	0	498.812	0	0	0	498.812	0	498.812
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	545.988	13.839	559.827	4.697	564.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	545.988	0	545.988	4.697	550.685
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	13.839	13.839	0	13.839
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17	-17	0	-17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	13.856	13.856	0	13.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-129	0	109	0	-20	-5.238	-5.258
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-129	0	129	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20	0	-20	0	-20
5.06.04	Dividendos de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-5.238	-5.238
5.07	Saldos Finais	3.838.686	420.544	2.706.632	546.097	57.343	7.569.302	26.384	7.595.686

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	59.269	2.221.555	0	12.644	5.990.241	25.495	6.015.736
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	2.994	0	-12.638	-9.644	-14	-9.658
5.02.01	Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	0	0	2.994	0	-12.638	-9.644	-14	-9.658
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	59.269	2.224.549	0	6	5.980.597	25.481	6.006.078
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-147.195	0	0	0	-147.195	-4.378	-151.573
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-147.195	0	0	0	-147.195	-4.378	-151.573
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	526.904	-3.894	523.010	3.302	526.312
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	526.904	0	526.904	0	530.206
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.894	-3.894	0	-3.894
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	13	13	0	13
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.907	-3.907	0	-3.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-130	0	109	0	-21	0	-21
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-130	0	130	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21	0	-21	0	-21
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-88.056	2.224.549	527.013	-3.888	6.356.391	24.405	6.380.796

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	33.341.030	29.454.074
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	33.336.523	29.443.625
7.01.02	Outras Receitas	6.692	14.722
7.01.02.01	Resultado na venda de bens	6.692	14.722
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.185	-4.273
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.820.605	-27.268.918
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-28.134.057	-25.044.509
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-897.183	-779.606
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-691	7.695
7.02.04	Outros	-1.788.674	-1.452.498
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-1.788.674	-1.452.498
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.520.425	2.185.156
7.04	Retenções	-436.913	-388.356
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-436.913	-388.356
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.083.512	1.796.800
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	214.470	137.851
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.635	-2.042
7.06.02	Receitas Financeiras	171.254	100.438
7.06.03	Outros	48.851	39.455
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	48.851	39.455
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.297.982	1.934.651
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.297.982	1.934.651
7.08.01	Pessoal	684.007	572.011
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	616.123	566.907
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	447.167	265.527
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	550.685	530.206
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	550.685	530.206



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS Segundo Trimestre de 2014

(1) Informações financeiras selecionadas e operacionais:

(R\$ milhões)	2T14	2T13	1T14	Variação 2T14 X 2T13	Variação 2T14 X 1T14	1S14	1S13	Variação 1S14 X 1S13
Receita líquida de vendas e serviços	16.667,2	15.204,1	15.946,9	10%	5%	32.614,1	28.804,1	13%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(15.367,4)	(14.043,7)	(14.674,9)	9%	5%	(30.042,3)	(26.580,1)	13%
Lucro bruto	1.299,8	1.160,4	1.272,0	12%	2%	2.571,8	2.224,0	16%
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(783,5)	(675,8)	(808,7)	16%	-3%	(1.592,3)	(1.334,2)	19%
Outros resultados operacionais, líquidos	21,6	19,5	20,0	10%	8%	41,6	35,2	18%
Resultado na venda de bens	(0,3)	9,2	7,0	-104%	-105%	6,7	14,7	-55%
Lucro operacional	537,5	513,3	490,3	5%	10%	1.027,8	939,7	9%
Resultado financeiro, líquido	(98,6)	(94,2)	(114,8)	5%	-14%	(213,3)	(154,8)	38%
Equivalência patrimonial	(3,1)	(0,1)	(2,6)	3.579%	19%	(5,6)	(2,0)	176%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	435,9	419,0	373,0	4%	17%	808,8	782,9	3%
Imposto de renda e contribuição social	(154,0)	(147,3)	(137,1)	5%	12%	(291,1)	(274,7)	6%
Incentivos fiscais	19,6	12,0	13,4	63%	46%	33,0	22,1	49%
Lucro líquido	301,4	283,7	249,3	6%	21%	550,7	530,2	4%
Lucro atribuível a acionistas da Ultrapar	299,1	282,1	246,9	6%	21%	546,0	526,9	4%
Lucro atribuível a acionistas não controladores de controladas	2,3	1,6	2,4	45%	0%	4,7	3,3	42%
EBITDA (*)	750,9	706,0	702,0	6%	7%	1.452,9	1.319,9	10%
Tons mil de GLP vendido	428,4	431,4	392,0	-1%	9%	820,4	827,4	-1%
M3 mil de combustíveis vendido	6.292,2	6.127,6	6.067,5	3%	4%	12.359,7	11.702,8	6%
Tons mil de químicos vendidos	190,3	206,6	190,9	-8%	0%	381,2	404,6	-6%

(*) Para maiores informações sobre EBITDA, veja nota (1) na página 24.

Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações trimestrais consolidadas

As informações financeiras apresentadas nesse documento foram preparadas com base nas informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, que foram elaboradas de acordo com o IAS 34 emitido pelo IASB, e de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As informações referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Sociedade. As informações da Ipiranga, Oxiten, Ultragas, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, **as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma, e os dados de desempenho da mesma incluídos neste relatório referem-se, para o primeiro trimestre de 2014, somente aos meses de fevereiro e março, e, para o primeiro semestre de 2014, somente aos meses de fevereiro a junho de 2014.** Com o objetivo de proporcionar uma base de comparação para análise da evolução do desempenho da Extrafarma, apresentamos seus resultados do 1S13 contendo os meses de fevereiro a junho de 2013. Como consequência do fechamento da operação, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Ultrapar, sendo R\$ 141,9 milhões como aumento de capital social e R\$ 498,8 milhões como aumento de reserva de capital, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640,7 milhões. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição – indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação preliminar do ajuste de capital de giro e do endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não será exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a companhia reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que na data do fechamento totalizava R\$ 42,1 milhões. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e correspondia a um passivo não circulante de R\$ 108,6 milhões na data do fechamento. O valor provisório da associação em 30 de junho de 2014 foi atualizado para R\$ 749,3 milhões, sendo sujeito aos ajustes previstos no contrato. Para maiores informações, ver nota 3.a e nota 22 das informações trimestrais (ITR) do 2T14.

Comentário do Desempenho

(2) Análise do desempenho:

Ultrapar

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida consolidada da Ultrapar cresceu 10% no 2T14 em relação ao 2T13, atingindo R\$ 16.667 milhões, em função do crescimento de receita na Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo e da consolidação da receita da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014. Em relação ao 1T14, a receita líquida da Ultrapar apresentou aumento de 5%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2014, a receita líquida da Ultrapar cresceu 13% em relação ao 1S13, totalizando R\$ 32.614 milhões.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados: No 2T14, o custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados da Ultrapar registrou aumento de 9% em relação ao 2T13, totalizando R\$ 15.367 milhões, em função do maior custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados em todos os negócios. Em relação ao 1T14, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar apresentou aumento de 5%. No primeiro semestre de 2014, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar apresentou um aumento de 13% em relação ao primeiro semestre de 2013, totalizando R\$ 30.042 milhões no semestre.

Lucro bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 1.300 milhões no 2T14, aumento de 12% em relação ao 2T13, em função do aumento do lucro bruto observado na Ipiranga e da consolidação do lucro bruto da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014. Em relação ao 1T14, o lucro bruto da Ultrapar apresentou aumento de 2%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S14, a Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 2.572 milhões, aumento de 16% em relação ao 1S13.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar somaram R\$ 784 milhões no 2T14, aumento de 16% em relação ao 2T13, em função de efeitos da inflação, maiores despesas com propaganda e marketing, principalmente relacionadas à Copa do Mundo 2014, e da expansão da rede de distribuição na Ipiranga. Em relação ao 1T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar registraram redução de 3%. No primeiro semestre de 2014, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar somaram R\$ 1.592 milhões, 19% acima do primeiro semestre de 2013.

Depreciação e amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 2T14 foi de R\$ 216 milhões, 12% acima do 2T13, em função dos investimentos realizados ao longo dos últimos 12 meses, com destaque para a Ipiranga, e da consolidação da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014. Em relação ao 1T14, o total de custos e despesas com depreciação e amortização apresentou aumento de 1%. No 1S14, o total de custos e despesas com depreciação da Ultrapar foi R\$ 431 milhões, 13% acima do 1S13.

Lucro operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 538 milhões no 2T14, 5% acima do lucro operacional do 2T13, em função do aumento do lucro operacional observado na Ipiranga e Ultracargo e da consolidação do lucro operacional da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014. Em relação ao 1T14, o lucro operacional da Ultrapar apresentou aumento de 10%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S14, a Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1.028 milhões, 9% maior que o lucro operacional apresentado no 1S13.

Resultado financeiro: O endividamento líquido da Ultrapar ao final de junho de 2014 era de R\$ 4,1 bilhões (1,3x LTM EBITDA), em comparação a R\$ 3,6 bilhões em junho de 2013 (1,4x LTM EBITDA). A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 99 milhões no 2T14, R\$ 4 milhões acima do 2T13, principalmente em função do maior endividamento líquido no 2T14 e do aumento de 3,0 p.p. na taxa de juros básica da economia entre junho de 2014 e junho de 2013. Em relação ao 1T14, a despesa financeira líquida foi R\$ 16 milhões menor, principalmente em função de efeitos cambiais no 1T14, notadamente relacionados a mudanças cambiais na Venezuela. No 1S14, a Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 213 milhões, R\$ 58 milhões acima do 1S13.

Comentário do Desempenho

Imposto de renda e contribuição social / Incentivos fiscais: A Ultrapar apresentou no 2T14 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 134 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 135 milhões no 2T13, uma redução de 1%, apesar do crescimento do lucro antes dos impostos, em função de variação pontual em incentivos fiscais que a Ultrapar possui em suas operações no nordeste brasileiro, principalmente na operação da Ultracargo em Aratu. Em relação ao 1T14, houve aumento de 9%, principalmente em função do crescimento do lucro antes dos impostos entre os períodos. No 1S14, a Ultrapar apresentou uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 258 milhões, 2% acima do 1S13.

Lucro líquido: O lucro líquido do 2T14 atingiu R\$ 301 milhões, 6% e 21% acima do 2T13 e 1T14, respectivamente, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos e da menor despesa financeira em relação ao 1T14. No 1S14, a Ultrapar acumulou um lucro líquido de R\$ 551 milhões, 4% acima do 1S13.

EBITDA: Em um trimestre com menos dias úteis de vendas e desaceleração dos indicadores econômicos, o EBITDA consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 751 milhões no 2T14, 6% acima do 2T13, em função do crescimento de EBITDA na Ipiranga e Ultracargo e da consolidação do EBITDA da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014, tendo o EBITDA da Ultragas ficado estável, em decorrência da maior requalificação programada de botijões, e o da Oxitenos caiu 8%, em função do menor volume vendido no Brasil e da redução no nível de operações na Venezuela desde o 1T14, em função das limitações de matéria-prima. Em relação ao 1T14, o EBITDA da Ultrapar aumentou 7%, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No primeiro semestre de 2014, o EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 1.453 milhões, um aumento de 10% em relação ao 1S13.

R\$ milhões	2T14	2T13	1T14	Variação 2T14 X 2T13	Variação 2T14 X 1T14	1S14	1S13	Variação 1S14 X 1S13
Ultrapar	750,9	706,0	702,0	6%	7%	1.452,9	1.319,9	10%
Ipiranga	521,2	479,6	498,7	9%	5%	1.019,8	911,7	12%
Oxitenos	98,5	107,1	108,7	-8%	-9%	207,2	187,6	10%
Ultragas	73,4	73,6	61,0	0%	20%	134,4	137,1	-2%
Ultracargo	43,3	42,3	41,3	2%	5%	84,6	78,2	8%
Extrafarma	14,3	19,7	10,5	-27%	37%	24,8	31,0	-20%

- (1) O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das informações trimestrais. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, consequentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou

Comentário do Desempenho

como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Segue abaixo a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do período:

R\$ milhões	2T14	2T13	1T14	1S14	1S13
Lucro líquido	301,4	283,7	249,3	550,7	530,2
(+) Imposto de renda e contribuição social	134,5	135,3	123,7	258,2	252,6
(+) Despesa (receita) financeira líquida	98,6	94,2	114,8	213,3	154,8
(+) Depreciação e amortização	216,4	192,8	214,3	430,7	382,2
EBITDA	750,9	706,0	702,0	1.452,9	1.319,9

Segue abaixo a análise do desempenho por segmento:

Ipiranga

Desempenho operacional: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 6.292 mil metros cúbicos no 2T14, 3% acima do volume vendido no 2T13. No 2T14, o volume vendido de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) cresceu 7%, impulsionado pelo crescimento da frota de veículos e pelos investimentos realizados para expansão da rede, parcialmente reduzido pelo menor número de dias úteis na comparação com o 2T13. O volume de diesel apresentou uma redução de 1% em relação ao 2T13, decorrente do menor número de dias úteis no 2T14, parcialmente compensado por investimentos realizados para a expansão da rede, com crescimento de 3% no volume vendido no segmento revenda. Em relação ao 1T14, houve aumento de 4% no volume vendido, principalmente em função da sazonalidade entre períodos. No 1S14, a Ipiranga acumula um volume vendido de 12.360 mil metros cúbicos, crescimento de 6% sobre o volume do 1S13.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 14.473 milhões no 2T14, 9% acima da receita líquida do 2T13, principalmente em função (i) do maior volume vendido, (ii) dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina promovidos pela Petrobras em novembro de 2013 e dos maiores custos de etanol e (iii) da melhor composição de vendas, decorrente dos investimentos em expansão de postos, permitindo maior participação do ciclo Otto e do diesel segmento revenda (vendas em postos). Em relação ao 1T14, a receita líquida apresentou aumento de 4%, em função do volume sazonalmente maior. No 1S14, a receita líquida totalizou R\$ 28.395 milhões, aumento de 13% em relação ao 1S13.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 13.644 milhões no 2T14, aumento de 9% em relação ao 2T13, principalmente em função do maior volume vendido e dos aumentos nos custos (i) do diesel e da gasolina em novembro de 2013 e (ii) consequentemente do etanol. Em relação ao 1T14, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 4%, em função do volume sazonalmente maior. No 1S14, o custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 26.737 milhões, 13% acima do montante apresentado no 1S13.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga totalizaram R\$ 457 milhões no 2T14, 8% acima do 2T13, principalmente em função (i) de maiores despesas com propaganda e marketing, principalmente relacionadas à Copa do Mundo 2014, no valor de R\$ 12 milhões, (ii) da expansão da rede de distribuição, (iii) do maior volume vendido e (iv) dos efeitos da inflação sobre as despesas. Em relação ao 1T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais apresentaram redução de 5%, principalmente em função de menor remuneração variável, da convenção anual de revendedores em fevereiro e de variação em despesas com processos cíveis. No 1S14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais totalizaram R\$ 940 milhões, aumento de 10% em relação ao 1S13.

Comentário do Desempenho

EBITDA: A Ipiranga apresentou EBITDA de R\$ 521 milhões no 2T14, 9% acima do 2T13, principalmente em função (i) do maior volume vendido, (ii) da melhor composição de vendas, com maior participação do segmento revenda (vendas nos postos), e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, efeitos parcialmente compensados por maiores despesas, principalmente com propaganda e marketing, e menor crescimento de volume em decorrência do maior número de feriados no 2T14. Em relação ao 1T14, o EBITDA foi 5% maior, principalmente em função do volume vendido sazonalmente maior. No 1S14, o EBITDA totalizou R\$ 1.020 milhões, 12% acima do 1S13.

Oxitenó

Desempenho operacional: O volume total vendido no mercado interno apresentou redução de 7% (10 mil tons) em relação ao 2T13, com um volume de especialidades 3% (4 mil tons) menor, devido ao menor volume vendido para praticamente todos os segmentos atendidos pela Oxitenó. No mercado externo, o volume foi 10% menor (6 mil tons), principalmente em decorrência da redução no nível de operações na Venezuela desde o 1T14, em função das limitações de importação de matérias-primas naquele país. Com isso, o volume de vendas no 2T14 totalizou 190 mil toneladas, redução de 8% (16 mil tons) em relação ao 2T13. Em relação ao 1T14, o volume de vendas de especialidades apresentou crescimento de 2% (3 mil tons), sendo compensado pela menor venda de glicóis. O volume vendido no 1S14 totalizou 381 mil toneladas, 6% abaixo do volume vendido no 1S13.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Oxitenó totalizou R\$ 813 milhões no 2T14, 1% abaixo do 2T13, em função do menor volume vendido, compensado pelo Real 8% mais depreciado. Em relação ao 1T14, a receita líquida foi 3% menor, em função do Real 6% mais valorizado. A receita líquida acumulada no 1S14 foi de R\$ 1.654 milhões, 5% acima do 1S13.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Oxitenó no 2T14 totalizou R\$ 633 milhões, em linha com o do 2T13, com o efeito do Real 8% mais depreciado sobre os custos variáveis e o início das operações da Oxitenó nos Estados Unidos sendo compensados pelo menor volume vendido e por menor remuneração variável. Em relação ao 1T14, o custo dos produtos vendidos se manteve estável, com o efeito do Real 6% mais apreciado sobre os custos variáveis sendo compensado pelo custo variável unitário em dólar 7% maior. No 1S14, o custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 1.268 milhões, 3% acima do montante apresentado no 1S13.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxitenó totalizaram R\$ 117 milhões no 2T14, 1% abaixo do 2T13, principalmente em função (i) de menores despesas com logística, principalmente decorrentes da redução de volume, e (ii) da menor remuneração variável, efeitos parcialmente compensados pelo impacto da inflação em despesas com pessoal. Em relação ao 1T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais apresentaram redução de 9%, em função de menores despesas com remuneração variável. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais foram de R\$ 246 milhões no 1S14, aumento de 10% em relação ao 1S13.

EBITDA: A Oxitenó apresentou EBITDA de R\$ 98 milhões no 2T14, 8% abaixo do 2T13, equivalente a US\$ 232/ton, principalmente em função do menor volume vendido no mercado interno e da redução no nível de operações na Venezuela. Em relação ao 1T14, o EBITDA apresentou redução de 9%, principalmente em função (i) do movimento de apreciação do Real ao longo do 2T14 e (ii) do efeito da cotação média do Real 6% mais valorizada, parcialmente compensados por menores despesas com remuneração variável. No 1S14, o EBITDA totalizou R\$ 207 milhões, 10% acima do 1S13.

Ultraz

Desempenho operacional: No 2T14, a Ultraz atingiu volume de vendas de 428 mil toneladas, 1% abaixo do 2T13, em função da redução de 4% no segmento granel, principalmente em decorrência do menor número de dias úteis no 2T14 e da menor demanda no segmento industrial. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos investimentos realizados para captura de novos clientes, com destaque para o crescimento de 3% nos segmentos de condomínios e de pequenas e médias empresas, e pelo aumento de 1% no volume do segmento envasado. Em relação ao 1T14, o volume vendido apresentou aumento de 9%, principalmente em função da sazonalidade entre os períodos e das altas temperaturas registradas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil no 1T14. No semestre, a Ultraz acumula um volume de vendas de 820 mil toneladas, 1% abaixo do 1S13.

Comentário do Desempenho

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 1.011 milhões no 2T14, aumento de 1% em relação ao 2T13, principalmente em função de iniciativas comerciais, incluindo a melhor composição de vendas, com destaque para os segmentos de condomínios e de pequenas e médias empresas. Em relação ao 1T14, a receita líquida da Ultragaz apresentou crescimento de 9%, em decorrência do maior volume vendido. No 1S14, a receita líquida da Ultragaz totalizou R\$ 1.940 milhões, aumento de 1% em relação ao 1S13.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 865 milhões no 2T14, aumento de 1% em relação ao 2T13, principalmente em função da requalificação programada de uma maior quantidade de botijões, com efeito estimado em R\$ 9 milhões. Em relação ao 1T14, o custo dos produtos vendidos apresentou aumento de 8%, principalmente em função do volume sazonalmente maior. No 1S14, o custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi de R\$ 1.663 milhões, crescimento de 1% em relação ao 1S13.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz totalizaram R\$ 105 milhões no 2T14, 5% abaixo do 2T13, principalmente em função de menores despesas com campanhas de marketing e vendas e de iniciativas para redução de despesas realizadas ao longo do último ano, parcialmente compensadas pelos efeitos da inflação sobre as despesas. Em relação ao 1T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz apresentaram redução de 3%, principalmente em decorrência de maiores despesas com projetos no 1T14. No 1S14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz totalizaram R\$ 212 milhões, aumento de 2% em relação ao 1S13.

EBITDA: No 2T14, o EBITDA da Ultragaz se manteve estável em relação ao 2T13, com a requalificação programada de uma maior quantidade de botijões, o volume vendido 1% menor e os efeitos da inflação sendo compensados por iniciativas comerciais e de redução de gastos. Se excluído o efeito estimado de R\$ 9 milhões com maior requalificação de botijões, o EBITDA da Ultragaz no 2T14 teria crescido 12%. Em relação ao 1T14, o EBITDA da Ultragaz cresceu 20%, principalmente devido ao maior volume vendido, em função da sazonalidade típica entre trimestres e das altas temperaturas registradas no Sul e Sudeste do país no 1T14. No 1S14, o EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 134 milhões, 2% abaixo do 1S13.

Ultracargo

Desempenho operacional: No 2T14, a armazenagem média da Ultracargo ficou estável em relação ao 2T13, principalmente decorrente da maior movimentação (i) de óleo combustível para termoeletricas e (ii) de combustíveis automotivos, em função do crescimento dos respectivos mercados, efeitos compensados pela menor movimentação de químicos. Em relação ao 1T14, a armazenagem média aumentou 1%. No primeiro semestre de 2014, a Ultracargo acumula uma variação positiva de 7% na ocupação média de seus terminais em relação ao 1S13.

Receita líquida de vendas e serviços: A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 88 milhões no 2T14, 2% acima do 2T13, principalmente em função da melhor composição de produtos movimentados e do reajuste contratual de tarifas. Em relação ao 1T14, a receita líquida aumentou 3%, em função do crescimento da armazenagem média dos terminais nos respectivos períodos e do reajuste contratual de tarifas. No 1S14, a receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 173 milhões, 7% acima do 1S13.

Custo dos serviços prestados: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 2T14 foi de R\$ 36 milhões, 8% acima do 2T13, principalmente em função (i) de maiores gastos com manutenção, (ii) dos efeitos da inflação sobre os custos e (iii) da maior depreciação, resultante das expansões de capacidade. Em relação ao 1T14, o custo dos serviços prestados apresentou aumento de 2%, em linha com a variação da armazenagem média dos terminais. No 1S14, o custo dos serviços prestados da Ultracargo totalizou R\$ 71 milhões, 9% acima do 1S13.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo totalizaram R\$ 24 milhões no 2T14, redução de 3% em relação ao 2T13, principalmente em função de despesas pontuais com clientes e projetos no 2T13. Em relação ao 1T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo apresentaram aumento de 7%, principalmente em função de maiores despesas com projetos. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais foram de R\$ 47 milhões no 1S14, aumento de 3% em relação ao 1S13.

Comentário do Desempenho

EBITDA: Em um trimestre de armazenagem estável, a Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 43 milhões no 2T14, 2% acima do 2T13, principalmente em função da melhor composição de produtos movimentados e do reajuste contratual de tarifas, parcialmente compensados por maiores gastos com manutenção. Em relação ao 1T14, o EBITDA da Ultracargo foi 5% maior, principalmente em função da maior armazenagem média dos terminais. No 1S14, o EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 85 milhões, aumento de 8% em relação ao 1S13.

Extrafarma

Conforme destacado em “Considerações sobre as informações financeiras e operacionais”, exceto quando indicado, as informações da Extrafarma para 1T14 referem-se aos meses de fevereiro e março de 2014 e para 1S14 e 1S13 referem-se aos meses de fevereiro a junho de cada ano.

Desempenho operacional: A Extrafarma encerrou o 2T14 com 203 lojas próprias nas regiões Norte e Nordeste, um aumento de 23 lojas (13%) em relação ao final do 2T13. Em função do processo de expansão da rede de lojas da Extrafarma, ao final do 2T14, 35% das lojas possuíam até 36 meses de operação, em comparação a 31% no 2T13. No entanto, o total de lojas com até um ano de operação no 2T14 foi de 14%, ante 8% no 2T13, em decorrência de um ritmo maior de abertura de lojas nos últimos 12 meses.

Receita bruta: A receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 308 milhões no 2T14, aumento de 15% em relação ao 2T13, principalmente em função do aumento de 15% na receita bruta do segmento varejo, que totalizou R\$ 262 milhões. O aumento de receita bruta de varejo decorre, principalmente, do maior número médio de lojas. O crescimento de 6,4% no faturamento das lojas existentes há mais de um ano (*same store sales*) foi parcialmente reduzido pelos efeitos relacionados à Copa do Mundo 2014. Durante o 2T14, a receita bruta do segmento atacado aumentou 14% em relação ao 2T13. Em relação ao 1T14, a receita bruta da Extrafarma aumentou 62%, em função da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14. No 1S14, a receita bruta da Extrafarma totalizou R\$ 498 milhões, 17% acima do 1S13.

Custo dos produtos vendidos e lucro bruto: O custo dos produtos vendidos da Extrafarma totalizou R\$ 202 milhões no 2T14, um aumento de 16% em relação ao 2T13, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). O lucro bruto atingiu R\$ 91 milhões, aumento de 14% em relação ao 2T13, principalmente em função do crescimento da receita bruta do segmento varejo. Em relação ao 1T14, o custo dos produtos vendidos e o lucro bruto da Extrafarma aumentaram 63% e 59%, respectivamente, em função da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14. No 1S14, o custo dos produtos vendidos da Extrafarma totalizou R\$ 325 milhões, 17% acima do 1S13, enquanto o lucro bruto aumentou 18%, totalizando R\$ 149 milhões.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais: As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma totalizaram R\$ 81 milhões no 2T14, 30% acima do 2T13, principalmente em função (i) do crescimento de 14% no número médio de lojas, (ii) de aumentos acima da inflação nas despesas unitárias com pessoal e (iii) de despesas de integração com Ultrapar e estruturação da Extrafarma para crescimento mais acelerado no valor de R\$ 6 milhões no 2T14. Em relação ao 1T14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma aumentaram 67%, em função da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14. No 1S14, as despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma totalizaram R\$ 130 milhões, 33% acima do 1S13.

EBITDA: O EBITDA do 2T14 da Extrafarma totalizou R\$ 14 milhões, ou R\$ 21 milhões se excluídas as despesas de integração e estruturação, crescimento de 5% em relação ao 2T13, principalmente em função do maior faturamento, parcialmente reduzido (i) pelos efeitos relacionados à Copa do Mundo 2014 e (ii) pela maior quantidade de lojas abertas há menos de um ano e, portanto, ainda em processo de maturação. Excluídas as despesas de integração e estruturação, a margem EBITDA do 2T14 foi de 6,7%, 0,6 p.p. menor que a margem EBITDA do 2T13, principalmente em função da maior participação de lojas abertas há menos de um ano. Em relação ao 1T14, o EBITDA da Extrafarma aumentou 37%, em função da consolidação apenas dos meses de fevereiro e março no 1T14. No 1S14, o EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 25 milhões, 20% menor que no 1S13, ou 9% maior se excluídas as despesas de integração e estruturação.

Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros seis meses de 2014, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 e revisão das informações trimestrais para o trimestre findo em 30 de junho de 2014 da Ultrapar e controladas.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxitenó”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e, a partir de 31 de janeiro de 2014, no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) - vide nota explicativa nº 3.a).

2 Resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que para fins das normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

As receitas de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme o IAS 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

Notas Explicativas

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- *Hedge* de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

Notas Explicativas

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais.

Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

Notas Explicativas

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.j).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa (“UGC”) para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e da marca “*am/pm*”, a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Notas Explicativas

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.k).

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor.

Notas Explicativas

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 30 de junho de 2014 foi de R\$ 51.932 de ganho cambial (R\$ 38.076 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxitenos México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxitenos Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxitenos Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

Conforme IAS 29, a Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxitenos Andina, C.A. (“Oxitenos Andina”) estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

A controlada Oxitenos Uruguay S.A. (“Oxitenos Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano, considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 totalizou R\$ 2.736 (ganho de R\$ 2.667 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013).

s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 5 e 22), determinação da provisão para perda em estoques (nota explicativa nº 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

Notas Explicativas

t. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente

Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas informações trimestrais, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 518 em 30 de junho de 2014 (R\$ 354 em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

Notas Explicativas

v. *Demonstrações de valor adicionado*

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

w. *Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS*

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 30 de junho de 2014:

- | | <u>Vigente em</u> |
|--|--------------------------|
| • Alterações ao IAS 32 – Apresentação de instrumentos financeiros: fornece esclarecimentos sobre as regras para compensação de ativos e passivos financeiros. | 2014 |
| • Instrumentos financeiros – IFRS 9 (e as alterações correspondentes de 2010 e 2013): introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> (conforme emitido em novembro de 2013). | 2018(*) |
| • Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. | 2017 |

(*) em 24 de julho de 2014 o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 e sua data efetiva obrigatória é 1 de janeiro de 2018.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IAS/IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. A Sociedade está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

x. *Autorização para a emissão das informações trimestrais*

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 6 de agosto de 2014.

Notas Explicativas

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

		% de participação no capital social			
		30/06/2014		31/12/2013	
		Controle		Controle	
	Localidade	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	100	-	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiten Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	100
Oxiten Shanghai Trading LTD.	China	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

a) Combinação de negócios – aquisição da Extrafarma

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma, a incorporação pela Ultrapar da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Com a aprovação da incorporação de ações, a Extrafarma passou a ser uma controlada integral da Ultrapar e os atuais acionistas da empresa tornaram-se acionistas de longo prazo da Ultrapar. A associação com a Extrafarma marca o ingresso da Ultrapar no mercado de varejo farmacêutico brasileiro, tornando-se o terceiro negócio de distribuição e varejo especializado da Sociedade.

Como consequência, em 31 de janeiro de 2014, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações, e R\$ 498.812 como aumento da reserva de capital, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R\$ 640.725. Essas movimentações não afetaram o fluxo de caixa da Sociedade.

Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição - indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação preliminar do ajuste de capital de giro e endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não será exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a Sociedade reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que na data da aquisição totalizava R\$ 42.138. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e é ajustada conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais e em 30 de junho de 2014 eram representados por 2.323.241 ações e totalizavam R\$ 108.613.

O valor provisório desta aquisição no montante de R\$ 749.289, sujeito a ajuste definitivo de capital de giro, será alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura. A alocação do preço de compra (*Purchase price allocation*) está prevista para ser concluída no 2º semestre de 2014. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio provisório fundamentado em expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 795.519.

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sujeitos a ajuste definitivo de capital de giro e alocação do preço de compra:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	9.123	Financiamentos ⁽¹⁾	179.818
Contas a receber	68.398	Fornecedores	117.202
Estoques	164.590	Salários e encargos a pagar	16.539
Tributos a recuperar	12.961	Impostos e contribuições a pagar	3.429
Outros	<u>5.110</u>	Receita diferida	4.834
	260.182	Outros	<u>6.316</u>
			328.138
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Imobilizado	48.547	Financiamentos ⁽¹⁾	28.093
Intangível	12.008	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	46.199
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.276	Outros	<u>7.096</u>
Depósitos judiciais	1.283		81.388
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	<u>795.519</u>		
	898.633	Total dos passivos assumidos	<u>409.526</u>
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>1.158.815</u>	Valor provisório da aquisição	<u>749.289</u>

⁽¹⁾ A dívida bruta assumida na data da aquisição totaliza R\$ 207.911.

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente.

Para maiores detalhes desta operação, vide Fato Relevante de 30 de setembro de 2013, Fato Relevante, Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações e Proposta da Administração para Assembleia Geral Extraordinária e seus Anexos de 19 de dezembro de 2013 e Comunicado ao Mercado de 31 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.419.922 em 30 de junho de 2014 (R\$ 3.543.700 em 31 de dezembro de 2013) e estão distribuídos conforme abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	61	153	122.064	136.532
Em moeda estrangeira	-	-	69.450	88.394
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	85.142	110.125	2.066.066	2.051.143
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	4.197	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>85.203</u>	<u>110.278</u>	<u>2.261.777</u>	<u>2.276.069</u>

Notas Explicativas

• Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	44.323	264	712.128	747.256
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	384.747	368.781
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	61.270	151.594
Total de aplicações financeiras	<u>44.323</u>	<u>264</u>	<u>1.158.145</u>	<u>1.267.631</u>
Circulante	<u>44.323</u>	<u>264</u>	<u>1.088.191</u>	<u>1.149.132</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.954</u>	<u>118.499</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Clientes nacionais	2.217.098	2.159.355
Financiamentos a clientes – Ipiranga	283.059	276.044
Clientes estrangeiros	167.188	157.696
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(164.135)</u>	<u>(147.080)</u>
	<u>2.503.210</u>	<u>2.446.015</u>
 Circulante	 <u>2.374.771</u>	 <u>2.321.537</u>
 Não circulante	 <u>128.439</u>	 <u>124.478</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2014	2.667.345	2.338.708	71.710	24.029	14.430	24.700	193.768
31/12/2013	2.593.095	2.282.310	104.544	12.906	6.428	7.786	179.121

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	147.080
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	5.499
Adições	12.768
Baixas por utilização	<u>(1.212)</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>164.135</u>

Notas Explicativas**6 Estoques (Consolidado)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	387.900	(10.824)	377.076	318.451	(7.100)	311.351
Produtos em elaboração	1.682	-	1.682	2.626	-	2.626
Matérias-primas	203.105	(36)	203.069	209.735	(169)	209.566
Gás liquefeito de petróleo - GLP	38.723	(5.761)	32.962	41.678	(5.761)	35.917
Combustíveis, lubrificantes e graxas	995.056	(703)	994.353	817.016	(758)	816.258
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	77.159	(2.244)	74.915	64.465	(1.450)	63.015
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	187.183	(3.938)	183.245	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	87.819	-	87.819	128.618	-	128.618
Imóveis para revenda	<u>25.096</u>	<u>-</u>	<u>25.096</u>	<u>25.162</u>	<u>-</u>	<u>25.162</u>
	<u>2.003.723</u>	<u>(23.506)</u>	<u>1.980.217</u>	<u>1.607.751</u>	<u>(15.238)</u>	<u>1.592.513</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.238
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	3.164
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	5.651
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>(547)</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>23.506</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2014	31/12/2013
Ajuste ao valor de realização	15.148	9.497
Obsolescência e outras perdas	<u>8.358</u>	<u>5.741</u>
Total	<u>23.506</u>	<u>15.238</u>

Notas Explicativas

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
IRPJ e CSLL	59.193	48.531	153.460	160.590
ICMS	-	-	257.776	210.045
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(82.374)	(65.180)
PIS e COFINS	-	-	194.445	156.707
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina e Oxitenó Uruguay	-	-	46.426	43.592
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	-	-	5.325	3.997
Outros	-	-	5.568	7.589
Total	<u>59.193</u>	<u>48.531</u>	<u>580.626</u>	<u>517.340</u>
Circulante	<u>24.446</u>	<u>27.067</u>	<u>527.682</u>	<u>479.975</u>
Não circulante	<u>34.747</u>	<u>21.464</u>	<u>52.944</u>	<u>37.365</u>

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	65.180
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	20.888
Adições	3.275
Baixas por recebimento	<u>(6.969)</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>82.374</u>

Notas Explicativas

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- Controladora

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	Debêntures	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	774.159	56.508
Total em 30 de junho de 2014	<u>774.159</u>	<u>56.508</u>

	<u>Ativo</u>	<u>Resultado financeiro</u>
	Debêntures	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.194	38.872
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>772.194</u>	
Total em 30 de junho de 2013		<u>38.872</u>

Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

Notas Explicativas

• Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber¹</u>	<u>A pagar¹</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	1.104
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	1.164	513
Outros	490	824	-	-
Total em 30 de junho de 2014	<u>10.858</u>	<u>3.870</u>	<u>1.164</u>	<u>1.617</u>

	<u>Mútuos</u>		<u>Operações comerciais</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>A receber¹</u>	<u>A pagar¹</u>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	1.069
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	1.051
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.952	1.210
Outros	490	826	-	-
Total em 31 de dezembro de 2013	<u>10.858</u>	<u>3.872</u>	<u>7.952</u>	<u>3.330</u>

¹Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

Notas Explicativas

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	6.508
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	12.144
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	4.398	-
Total em 30 de junho de 2014	<u>4.401</u>	<u>18.652</u>

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	3	5.981
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	15.188
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	4.662	-
Total em 30 de junho de 2013	<u>4.665</u>	<u>21.169</u>

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.I). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Notas Explicativas

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente é beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento de interesses de longo prazo, fazendo jus a remuneração variável adicional em função do desempenho das ações entre 2013 e 2018, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b).

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 18.815 (R\$ 15.563 em 30 de junho de 2013). Deste total, R\$ 14.586 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 12.929 em 30 de junho de 2013), R\$ 2.616 a remuneração em ações (R\$ 1.893 em 30 de junho de 2013), R\$ 848 a benefício pós-emprego (R\$ 741 em 30 de junho de 2013) e R\$ 765 a remuneração de longo prazo.

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(340)	5.659
3 de fevereiro de 2014	150.000	2018 a 2020	55,36	11.454	(981)	10.473
7 de novembro de 2012	350.000	2017 a 2019	42,90	20.710	(5.862)	14.848
14 de dezembro de 2011	120.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(2.313)	2.959
10 de novembro de 2010	260.000	2015 a 2017	26,78	9.602	(5.980)	3.622
16 de dezembro de 2009	250.000	2014 a 2016	20,75	7.155	(5.570)	1.585
8 de outubro de 2008	384.008	2013 a 2015	9,99	8.090	(7.508)	582
12 de dezembro de 2007	53.320	2012 a 2014	16,17	3.570	(3.499)	71
9 de novembro de 2006	207.200	2016	11,62	3.322	(2.547)	775
14 de dezembro de 2005	93.600	2015	8,21	1.060	(909)	151
4 de outubro de 2004	167.900	2014	10,20	2.361	(2.302)	59
	<u>2.119.428</u>			<u>78.595</u>	<u>(37.811)</u>	<u>40.784</u>

Em 30 de junho de 2014, a amortização de R\$ 5.782 (R\$ 4.950 em 30 de junho de 2013) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.886.028
Ações outorgadas em 3 de fevereiro de 2014	150.000
Ações outorgadas em 5 de março de 2014	<u>83.400</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>2.119.428</u>

Notas Explicativas

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	50.406	32.130
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12	10	123.211	111.395
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	46.349	43.753
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	4.232	-
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	36.613	57.334
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.296	13.760
Demais provisões	22	385	91.362	72.153
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	1.249	-	35.362	45.607
Total	1.283	395	401.831	376.132
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	3.069	3.130
Arrendamento mercantil	-	-	5.336	5.640
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	27.902	61.864
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	9.480	6.709
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	6.092	4.088
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	5.911	5.911
Demais provisões	-	-	12.982	14.157
Total	-	-	70.772	101.499

Notas Explicativas

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	30/06/2014	30/06/2013
Saldo inicial	274.633	384.407
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	15.499	(30.051)
Saldo inicial da Extrafarma (31 de janeiro de 2014)	41.276	-
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios	-	(9.068)
Outros	<u>(349)</u>	<u>(587)</u>
Saldo final	<u>331.059</u>	<u>344.701</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	1.249	138.918
De 1 a 2 anos	-	80.132
De 2 a 3 anos	12	35.966
De 3 a 5 anos	-	38.339
De 5 a 7 anos	22	72.721
De 7 a 10 anos	<u>-</u>	<u>35.755</u>
	<u>1.283</u>	<u>401.831</u>

Notas Explicativas**b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(3.856)	2.892	814.474	784.894
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	1.311	(983)	(276.921)	(266.864)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(423)	(355)	(21.426)	(13.910)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	247	1.884
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	7.067	3.206
Juros sobre capital próprio (iv)	-	(59.617)	-	(218)
Demais ajustes	-	11	(76)	1.156
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	888	(60.944)	(291.109)	(274.746)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	32.955	22.100
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	888	(60.944)	(258.154)	(252.646)
Corrente	-	(60.908)	(306.608)	(244.695)
Diferido	888	(36)	15.499	(30.051)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	32.955	22.100
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %			31,7	32,2

- (i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos e certas provisões;
- (ii) As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram esta forma alternativa de tributação, segundo a qual o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob este método alternativo e o que teria sido pago com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas.
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas é dedutível para fins de imposto de renda.

Notas Explicativas

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Caucaia ⁽¹⁾	75	2012
	Base de Mataripe ⁽¹⁾	75	2013
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Suape	75	2018
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu ⁽²⁾	75	2022
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2022

⁽¹⁾ Serão protocolados na SUDENE em 2014 pleitos requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face do aumento de produção verificado na base de Caucaia e de modernização efetuada na base de Mataripe.

⁽²⁾ Foi deferido pela SUDENE, em 26 de dezembro de 2013, o pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos, em face da modernização verificada no terminal de Aratu. Devido ao decurso do prazo para manifestação da Secretaria da Receita Federal sobre o laudo, o Tequimar reconheceu o benefício fiscal no resultado do 2º trimestre de 2014, retroativo a janeiro de 2013 no montante de R\$ 4.356.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 111.757 (R\$ 142.952 em 31 de dezembro de 2013) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 82.474 (R\$ 109.652 em 31 de dezembro de 2013), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 35.362 em 30 de junho de 2014 (R\$ 45.607 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

e. Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13)

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispôs sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Sociedade e suas controladas decidiram por não antecipar a aplicação dos efeitos dessa norma para o ano-calendário de 2014.

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	30/06/2014	31/12/2013
Aluguéis	92.659	92.375
Propaganda e publicidade	28.594	25.864
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	32.901	23.408
Prêmios de seguros	10.191	10.319
Manutenção de software	12.485	3.900
Compras de vale alimentação e transporte	1.541	1.541
Tributos e demais despesas antecipadas	4.527	5.575
	<u>182.898</u>	<u>162.982</u>
Circulante	<u>79.447</u>	<u>65.177</u>
Não circulante	<u>103.451</u>	<u>97.805</u>

Notas Explicativas

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

30/06/2014					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	152.240.000	5.078.888
Ativo	1.119.452	3.426.565	9.536.383	445.816	209.501
Passivo	3.942	408.883	7.383.952	248.137	140.761
Patrimônio líquido	1.115.510	3.017.741(*)	2.152.431	197.679	68.740
Receita líquida de vendas e serviços	-	491.845	28.370.817	473.838	96.276
Lucro líquido do período	50.551	111.561(*)	378.962	7.809	221
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.
Os percentuais acima estão arredondados.

31/12/2013				
	Controladas			Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.068.847	3.373.026	9.389.351	214.375
Passivo	3.888	480.755	7.234.447	145.856
Patrimônio líquido	1.064.959	2.892.330(*)	2.154.904	68.519

30/06/2013				
Receita líquida de vendas e serviços	-	440.367	25.132.229	101.830
Lucro (prejuízo) líquido do período	37.178	81.430(*)	464.944	7.120
Participação no capital social - %	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.
Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21.

Notas Explicativas

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	-	22.751	6.134.944
Equivalência patrimonial	50.551	111.561	378.962	7.809	73	548.956
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(381.404)	-	-	(381.404)
Aporte de capital em dinheiro	-	-	-	236.100	-	236.100
Aquisição de ações ou quotas	-	-	-	(46.230)	-	(46.230)
Ágio provisório da aquisição	-	-	-	795.519	-	795.519
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(20)	-	-	(20)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(6)	(11)	-	-	(17)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	13.856	-	-	-	13.856
Saldo em 30 de junho de 2014	1.115.510	3.017.741	2.152.431	993.198	22.824	7.301.704

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	988.511	2.349.275	2.435.502	5.773.288	19.759	5.793.047
Equivalência patrimonial	37.178	81.430	464.944	583.552	1.404	584.956
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	-	(315.435)	(315.435)	(1.612)	(317.047)
Redução de capital	-	-	(700.000)	(700.000)	-	(700.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(21)	(21)	-	(21)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	9	4	13	-	13
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(3.907)	-	(3.907)	-	(3.907)
Saldo em 30 de junho de 2013	1.025.689	2.426.807	1.884.994	5.337.490	19.551	5.357.041

Notas Explicativas

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da RPR, que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo Participações participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de graneis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, iniciou sua operação em 23 de abril de 2013 no Estado de São Paulo e atualmente opera também nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2014.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.916	22.751	15.719	44.386
Aporte de capital	-	-	13.500	13.500
Equivalência patrimonial	548	73	(7.189)	(6.568)
Dividendos recebidos	<u>(637)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(637)</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>5.827</u>	<u>22.824</u>	<u>22.030</u>	<u>50.681</u>

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.714	19.759	2.736	28.209
Aporte de capital	-	-	12.580	12.580
Equivalência patrimonial	692	1.404(*)	(4.564)	(2.468)
Dividendos recebidos	<u>-</u>	<u>(1.612)</u>	<u>-</u>	<u>(1.612)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>6.406</u>	<u>19.551</u>	<u>10.752</u>	<u>36.709</u>

(*) inclui ajustes decorrentes da conclusão dos trabalhos de auditoria de 2012.

Notas Explicativas

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/06/2014		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.198	101.293	23.982
Ativo não circulante	8.766	108.208	34.820
Passivo circulante	1.310	41.249	14.742
Passivo não circulante	-	99.512	-
Patrimônio líquido	11.654	68.740	44.060
Receita líquida	6.340	96.276	3.436
Custos e despesas operacionais	(4.886)	(94.970)	(25.251)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(358)	(1.085)	7.437
Lucro (prejuízo) líquido	1.096	221	(14.378)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	50.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2013		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.814	115.968	26.585
Ativo não circulante	9.358	98.407	25.301
Passivo circulante	1.340	46.973	20.448
Passivo não circulante	-	98.883	-
Patrimônio líquido	11.832	68.519	31.438
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	50.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	30/06/2013		
Receita líquida	6.404	101.830	1.379
Custos e despesas operacionais	(4.412)	(91.146)	(15.145)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(608)	(3.564)	4.638
Lucro (prejuízo) líquido	1.384	7.120	(9.128)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	25.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Companhia Ultragaz S.A. ("Cia. Ultragaz") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 31 de maio de 2014, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2014.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.962	2.144	3.635	11.741
Equivalência patrimonial	649	286	(2)	933
Dividendos recebidos	<u>(725)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(725)</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>5.886</u>	<u>2.430</u>	<u>3.633</u>	<u>11.949</u>

Movimentação dos investimentos				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.014	2.020	3.636	12.670
Equivalência patrimonial	<u>469</u>	<u>(39)</u>	<u>(4)</u>	<u>426</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>7.483</u>	<u>1.981</u>	<u>3.632</u>	<u>13.096</u>

Notas Explicativas

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/06/2014				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.662	13.356	65	2.451	195
Ativo não circulante	19.862	75.389	10.101	182	2.829
Passivo circulante	651	4.870	-	417	92
Passivo não circulante	331	74.154	2.900	1.709	3.198
Patrimônio líquido	23.542	9.721	7.266	507	(266)
Receita líquida	4.986	15.701	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(2.305)	(14.038)	(25)	424	326
Resultado financeiro e imposto de renda	(87)	(517)	21	923	-
Lucro (prejuízo) líquido	2.594	1.146	(4)	1.347	326
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2013				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.482	19.507	85	555	3
Ativo não circulante	20.449	73.767	10.085	331	2.926
Passivo circulante	749	11.019	-	17	62
Passivo não circulante	332	73.681	2.901	1.708	3.459
Patrimônio líquido	23.850	8.574	7.269	(839)	(592)
	30/06/2013				
Receita líquida	3.975	15.629	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(2.147)	(15.848)	(25)	(86)	182
Resultado financeiro e imposto de renda	48	63	17	-	-
Lucro (prejuízo) líquido	1.876	(156)	(8)	(86)	182
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2013	Adições	Depreciações	Transfe- rências	Baixas	Saldo inicial da Extrafarma ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 30/06/2014
Custo:									
Terrenos	-	458.619	2.686	-	73	(1.578)	-	(185)	459.615
Edificações	30	1.219.746	2.525	-	26.718	(1.288)	-	(1.057)	1.246.644
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	549.841	4.208	-	28.115	(288)	23.059	(7)	604.928
Máquinas e equipamentos	12	3.745.901	34.847	-	21.759	(2.150)	6.366	23.757	3.830.480
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	14	1.939.720	37.037	-	64.351	(9.213)	-	-	2.031.895
Tanques e vasilhames para GLP	12	460.596	42.365	-	-	(26.340)	-	-	476.621
Veículos	9	213.635	10.405	-	7.962	(9.918)	5.695	188	227.967
Móveis e utensílios	8	126.758	4.329	-	1.063	(85)	14.926	1.149	148.140
Obras em andamento	-	302.076	119.357	-	(139.646)	(16)	6.751	1.738	290.260
Adiantamentos a fornecedores	-	27.558	1.779	-	(12.857)	(2.251)	-	-	14.229
Importações em andamento	-	130	1.067	-	(1.091)	-	-	(23)	83
Equipamentos de informática	5	206.286	5.908	-	479	(819)	8.680	(294)	220.240
		<u>9.250.866</u>	<u>266.513</u>	<u>-</u>	<u>(3.074)</u>	<u>(53.946)</u>	<u>65.477</u>	<u>25.266</u>	<u>9.551.102</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(533.776)	-	(18.457)	(44)	869	-	(3.465)	(554.873)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(269.598)	-	(19.414)	(263)	413	(4.602)	7	(293.457)
Máquinas e equipamentos		(1.939.238)	-	(112.770)	313	1.657	(1.756)	(31.770)	(2.083.564)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(1.066.425)	-	(56.870)	1	7.706	-	-	(1.115.588)
Tanques e vasilhames para GLP		(221.321)	-	(14.317)	-	10.664	-	-	(224.974)
Veículos		(87.860)	-	(5.828)	-	7.548	(2.954)	(196)	(89.290)
Móveis e utensílios		(93.246)	-	(4.696)	(3)	58	(3.624)	(1.226)	(102.737)
Equipamentos de informática		(173.942)	-	(6.331)	-	781	(3.994)	87	(183.399)
		<u>(4.385.406)</u>	<u>-</u>	<u>(238.683)</u>	<u>4</u>	<u>29.696</u>	<u>(16.930)</u>	<u>(36.563)</u>	<u>(4.647.882)</u>
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(5.027)	-	-	-	277	-	-	(4.750)
Equipamentos de informática		(6)	-	-	-	-	-	-	(6)
Móveis e utensílios		(5)	-	-	-	1	-	-	(4)
		<u>(5.235)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>278</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.957)</u>
Custo líquido		<u>4.860.225</u>	<u>266.513</u>	<u>(238.683)</u>	<u>(3.070)</u>	<u>(23.972)</u>	<u>48.547</u>	<u>(11.297)</u>	<u>4.898.263</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

Notas Explicativas

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2013	Adições	Amortizações	Transfêrências	Baixas	Saldo inicial da Extrafarma ⁽¹⁾	Variação cambial	Saldo em 30/06/2014
Custo:									
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	-	896.609	-	-	-	-	795.519	-	1.692.128
Software (ii)	5	353.637	28.424	-	15.654	(190)	7.817	(535)	404.807
Tecnologia (iii)	5	32.436	181	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	30	16.334	736	-	-	-	11.904	-	28.974
Fundo de comércio(v)	5	2.213.573	125.962	-	(190)	-	-	-	2.339.345
Outros (vi)	10	45.523	220	-	(8.044)	-	-	(4.350)	33.349
		<u>3.558.112</u>	<u>155.523</u>	<u>-</u>	<u>7.420</u>	<u>(190)</u>	<u>815.240</u>	<u>(4.885)</u>	<u>4.531.220</u>
Amortização acumulada:									
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		(101.983)	-	-	-	-	-	-	(101.983)
Software		(261.693)	-	(17.183)	(5.561)	188	(1.417)	1.074	(284.592)
Tecnologia		(27.690)	-	(890)	-	-	-	-	(28.580)
Direitos de propriedade comercial		(5.515)	-	(1.408)	8	-	(6.296)	-	(13.211)
Fundo de comércio		(992.022)	-	(179.408)	(1.684)	-	-	-	(1.173.114)
Outros		(454)	-	(643)	(640)	-	-	1.279	(458)
		<u>(1.389.357)</u>	<u>-</u>	<u>(199.532)</u>	<u>(7.877)</u>	<u>188</u>	<u>(7.713)</u>	<u>2.353</u>	<u>(1.601.938)</u>
Custo líquido		<u>2.168.755</u>	<u>155.523</u>	<u>(199.532)</u>	<u>(457)</u>	<u>(2)</u>	<u>807.527</u>	<u>(2.532)</u>	<u>2.929.282</u>

⁽¹⁾ Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a).

Notas Explicativas

i) Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	Segmento	30/06/2014	31/12/2013
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma (*)	Extrafarma	795.519	-
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenio Uruguay	Oxitenio	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Outros		2.278	2.278
		<u>1.590.145</u>	<u>794.626</u>

(*) Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma, vide nota explicativa nº 3.a).

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 dezembro de 2013 variaram de 11,3% a 24,9% e 0% a 5,0% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

Notas Explicativas

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Tequimar assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é registrado no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Outros intangíveis representam substancialmente os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas informações trimestrais, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2014	30/06/2013
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.100	6.399
Despesas com vendas e comerciais	177.299	143.588
Despesas gerais e administrativas	18.133	15.155
	<u>199.532</u>	<u>165.142</u>

Notas Explicativas

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	30/06/2014	31/12/2013	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2014 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	550.106	584.521	US\$	+7,3	2015
Financiamento externo (c.1) (*)	175.492	187.340	US\$ + LIBOR (i)	+0,8	2015
Financiamento externo (c.2)	130.758	140.341	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2017
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	111.879	136.753	US\$	+1,2	< 360 dias
Instituições financeiras (e)	93.494	95.792	US\$	+2,0	2014 a 2017
Instituições financeiras (e)	44.156	46.740	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2016 a 2017
Instituições financeiras (e)	34.753	31.241	MX\$ + TIE (ii)	+1,0	2014 a 2016
BNDES (d)	33.674	46.623	US\$	+6,0	2014 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	16.193	25.511	US\$	+1,2	< 91 dias
Subtotal	1.190.505	1.294.862			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.713.739	2.402.553	CDI	104,6	2015 a 2019
Debêntures – Ipiranga (g.2 e g.3)	1.408.572	606.929	CDI	107,9	2017 a 2018
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	822.563	852.483	CDI	108,3	2015
BNDES (d)	558.360	633.829	TJLP (iii)	+2,5	2014 a 2020
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	479.120	905.947	R\$	+12,1	2015
Banco do Nordeste do Brasil	94.555	104.072	R\$	+8,5 (v)	2018 a 2021
BNDES (d)	56.536	47.428	R\$	+4,8	2015 a 2022
FINEP	48.951	38.845	R\$	+4,0	2019 a 2021
Arrendamento mercantil financeiro (j)	46.742	44.338	IGP-M (iv)	+5,6	2031
Empréstimo de capital de giro pós-fixado Extrafarma (i)	45.396	-	CDI	+2,6	2014 a 2017
Nota de crédito à exportação (h) (*)	25.686	24.994	R\$	+8,0	2016
Empréstimo de capital de giro pré-fixado Extrafarma (i)	5.318	-	R\$	+11,4	2014 a 2016
FINEP	5.074	6.718	TJLP (iii)	+0,0	2023
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (j)	1.226	53	R\$	+15,6	2014 a 2017
FINAME	598	-	TJLP	+5,5%	2016 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (j)	538	-	CDI	+2,8%	2017
Subtotal	6.312.974	5.668.189			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	10.900	6.575			
Total	7.514.379	6.969.626			
Circulante	2.409.133	1.829.989			
Não circulante	5.105.246	5.139.637			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 22 – Contabilidade de proteção).

Notas Explicativas

- (i) LIBOR = *London Interbank Offered Rate*.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; THIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Em 30 de junho de 2014, a TJLP estava fixada em 5,0% a.a.
- (iv) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (v) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 30 de junho de 2014, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/06/2014	31/12/2013
De 1 a 2 anos	1.231.316	2.831.799
De 2 a 3 anos	1.327.433	493.356
De 3 a 4 anos	715.466	797.605
De 4 a 5 anos	1.744.794	68.640
Mais de 5 anos	<u>86.237</u>	<u>948.237</u>
	<u>5.105.246</u>	<u>5.139.637</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.k).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 22).

Notas Explicativas

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela sua controlada Oxiten S.A.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração da Sociedade para transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, ou com controlada destes, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com suas controladas e entre suas controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas LPG e Oxiten S.A.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

- 1) Em novembro de 2012 a controlada IPP contratou financiamento externo no montante de US\$ 80 milhões. O financiamento externo possui vencimento em novembro de 2015 e encargo financeiro de LIBOR + 0,8% a.a., pago trimestralmente. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o financiamento quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. O financiamento externo é garantido pela Sociedade.
- 2) A controlada Oxiten Overseas Corp. (“Oxiten Overseas”) possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pagos semestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 86,9% do CDI até junho de 2014 e 94,0% do CDI para o prazo restante (vide nota explicativa nº 22). O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A. Em janeiro de 2014, a controlada renegociou o financiamento alterando seu vencimento de junho de 2014 para janeiro de 2017.

Notas Explicativas

Em decorrência destes financiamentos, algumas obrigações mencionadas na nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade e suas controladas. Adicionalmente, durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

Notas Explicativas

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pré e pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumento de proteção de taxa de juros, convertendo o encargo do empréstimo pré-fixado para 99,5% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A IPP designa o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto o empréstimo quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Em janeiro de 2014, a controlada IPP renegociou os empréstimos que venceriam em abril e maio de 2014, no valor principal total de R\$ 909,5 milhões, alterando seus vencimentos para janeiro de 2017 com taxa pós-fixada de 105,5% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2014):

Vencimento	30/06/2014
fev/15	396.285
mai/15	711.457
fev/16	166.667
mai/16	100.000
jan/17	950.024
mai/19	868.426
Total	3.192.859

Notas Explicativas

g. Debêntures

- 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

h. Nota de crédito à exportação

Em março de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com vencimento em março de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

Em agosto de 2013, a controlada Oxitenor Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 10 milhões, com vencimento em agosto de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente.

A Oxitenor Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A Oxitenor Nordeste designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

i. Capital de giro

A controlada Extrafarma possui empréstimos pré e pós-fixados junto a instituições financeiras destinados ao financiamento de seu capital de giro, com vencimentos substancialmente em 2014.

j. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Serma – Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relacionado a equipamentos de informática, com prazo de 36 meses. A controlada tinha a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção. No segundo trimestre de 2014 encerrou-se o prazo do contrato e a Serma exerceu a opção de compra dos equipamentos.

A controlada Extrafarma mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática, veículos, móveis e utensílios, com prazos que variam de 24 a 60 meses.

Notas Explicativas

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

30/06/2014					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	27.177	1.228	1.885	781	31.071
Financiamento (valor presente)	<u>46.742</u>	<u>1.194</u>	<u>293</u>	<u>277</u>	<u>48.506</u>
Circulante	1.905	669	240	273	3.087
Não circulante	44.837	525	53	4	45.419
31/12/2013					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Total		
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	29.653	292	29.945		
Financiamento (valor presente)	<u>44.338</u>	<u>53</u>	<u>44.391</u>		
Circulante	1.735	53	1.788		
Não circulante	42.603	-	42.603		

Notas Explicativas

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

30/06/2014					
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Até 1 ano	4.238	751	263	288	5.540
De 1 a 2 anos	4.238	350	56	4	4.648
De 2 a 3 anos	4.238	281	-	-	4.519
De 3 a 4 anos	4.238	22	-	-	4.260
De 4 a 5 anos	4.238	-	-	-	4.238
Mais de 5 anos	<u>50.145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.145</u>
Total	<u>71.335</u>	<u>1.404</u>	<u>319</u>	<u>292</u>	<u>73.350</u>

31/12/2013			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Total
Até 1 ano	3.949	55	4.004
De 1 a 2 anos	3.949	-	3.949
De 2 a 3 anos	3.949	-	3.949
De 3 a 4 anos	3.949	-	3.949
De 4 a 5 anos	3.949	-	3.949
Mais de 5 anos	<u>48.704</u>	<u>-</u>	<u>48.704</u>
	<u>68.449</u>	<u>55</u>	<u>68.504</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

Notas Explicativas**k. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2013	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2014
Banco do Brasil (f)	0,4	19.797	-	(3.344)	16.453
Debêntures (g)	0,3	4.730	1.422	(1.895)	4.257
Notas no mercado externo (b)	0,2	2.309	-	(681)	1.628
Outros	0,4	916	1.459	(454)	1.921
Total		27.752	2.881	(6.374)	24.259

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	3.890	2.452	2.951	3.514	3.646	-	16.453
Debêntures (g)	3.052	321	354	353	177	-	4.257
Notas no mercado externo (b)	1.085	543	-	-	-	-	1.628
Outros	800	703	389	29	-	-	1.921
Total	8.827	4.019	3.694	3.896	3.823	-	24.259

Notas Explicativas

I. *Garantias*

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 94.526 em 30 de junho de 2014 (R\$ 40.675 em 31 de dezembro de 2013) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 3.190.500 em 30 de junho de 2014 (R\$ 2.528.511 em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 164.096 em 30 de junho de 2014 (R\$ 155.221 em 31 de dezembro de 2013).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 10.542 em 30 de junho de 2014 (R\$ 14.315 em 31 de dezembro de 2013), com vencimentos de até 210 dias. Até 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 257 em 30 de junho de 2014 (R\$ 350 em 31 de dezembro de 2013), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 30 de junho de 2014, não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

Notas Explicativas**15 Fornecedores (Consolidado)**

	30/06/2014	31/12/2013
Fornecedores nacionais	793.470	907.138
Fornecedores estrangeiros	<u>80.486</u>	<u>61.812</u>
	<u>873.956</u>	<u>968.950</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. e da Braskem Qpar S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	30/06/2014	31/12/2013
Provisões sobre folha de pagamento	141.419	111.831
Participação nos lucros, bônus e prêmios	59.170	142.120
Encargos sociais	28.427	31.059
Salários e honorários	9.683	11.000
Benefícios	1.525	1.303
Outros	<u>638</u>	<u>341</u>
	<u>240.862</u>	<u>297.654</u>

Notas Explicativas**17 Obrigações tributárias (Consolidado)**

	30/06/2014	31/12/2013
ICMS	82.044	75.883
IVA das controladas Oxitenos México, Oxitenos Andina e Oxitenos Uruguay	9.477	11.445
PIS e COFINS	9.843	9.128
ISS	5.011	5.656
IPI	5.341	4.304
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	1.888	3.998
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.727	1.659
Outros	2.787	4.249
	<u>118.118</u>	<u>116.322</u>

18 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	69.661
Adições (novos tanques)	267
Gastos com tanques retirados	(1.917)
Despesa com atualização	2.939
	<u>70.950</u>
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>70.950</u>
Circulante	4.556
Não circulante	66.394

Notas Explicativas

19 Receita diferida (Consolidado)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2014	31/12/2013
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i>	13.373	14.049
Programa de fidelidade Km de Vantagens	12.916	12.816
Programa de fidelidade Club Extra	4.830	-
	<u>31.119</u>	<u>26.865</u>
Circulante	22.761	17.731
Não circulante	8.358	9.134

Programa de fidelidade

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas.

A Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Club Extra (www.clubextra.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos na sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por prêmios oferecidos pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e para recarga de crédito em telefonia celular e são considerados parte da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa de franquia

A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência *am/pm* e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 30 de junho de 2014, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (544.383.996 ações em 31 de dezembro de 2013), sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2014 era de R\$ 52,60.

Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Sociedade e da Extrafarma, a emissão de 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a).

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2014 estavam em circulação no exterior 33.042.297 ações ordinárias na forma de ADRs (34.314.797 ações em 31 de dezembro de 2013).

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 2014 não houve recompra de ações.

Em 30 de junho de 2014, 7.738.156 ações ordinárias (7.971.556 ações em 31 de dezembro de 2013) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42.

Notas Explicativas

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 20,67 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da emissão das 12.021.100 ações ordinárias ocorrida em 31 de janeiro de 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 3.a). Adicionalmente, a Sociedade incorreu em custos na emissão das ações no montante de R\$ 2.260, reduzindo o valor da reserva.

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.371.533 em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro 2013.

Notas Explicativas

f. Outros resultados abrangentes

Ajustes de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora é demonstrada conforme a seguir:

	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>			<u>Ajustes acumulados de conversão</u>
	<u>Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda</u>	<u>Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego</u>	<u>Total</u>	
Em 31 de dezembro de 2013	5	5.423	5.428	38.076
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, incluindo os efeitos de variação cambial dos instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos	-	-	-	13.856
Variação de valor justo	(17)	-	(17)	-
Em 30 de junho de 2014	(12)	5.423	5.411	51.932

Notas Explicativas

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Perdas atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 31 de dezembro de 2012	23	(12.638)	(12.615)	12.621
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	(3.907)
Variação de valor justo	13	-	13	-
Em 30 de junho de 2013	<u>36</u>	<u>(12.638)</u>	<u>(12.602)</u>	<u>8.714</u>

g. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 389.495 (R\$ 0,71 – setenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2014, pagos a partir de 12 de março de 2014, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2014.

Notas Explicativas

21 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e, a partir de 31 de janeiro de 2014, drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

Notas Explicativas

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	30/06/2014	30/06/2013
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	1.940.432	1.925.197
Ipiranga	28.394.427	25.159.437
Oxitenó	1.653.648	1.576.016
Ultracargo	173.251	161.367
Extrafarma ⁽¹⁾	473.838	-
Outros ⁽²⁾	19.263	17.323
Vendas entre segmentos	(40.762)	(35.268)
Total	<u>32.614.097</u>	<u>28.804.072</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	848	647
Ipiranga	-	-
Oxitenó	992	15
Ultracargo	19.780	17.393
Extrafarma ⁽¹⁾	-	-
Outros ⁽²⁾	19.142	17.213
Total	<u>40.762</u>	<u>35.268</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	1.939.584	1.924.550
Ipiranga	28.394.427	25.159.437
Oxitenó	1.652.656	1.576.001
Ultracargo	153.471	143.974
Extrafarma ⁽¹⁾	473.838	-
Outros ⁽²⁾	121	110
Total	<u>32.614.097</u>	<u>28.804.072</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	67.053	70.781
Ipiranga	759.657	690.748
Oxitenó	139.393	121.389
Ultracargo	59.428	54.340
Extrafarma ⁽¹⁾	19.501	-
Outros ⁽²⁾	(17.215)	2.480
Total	<u>1.027.817</u>	<u>939.738</u>
Receitas financeiras	171.254	100.438
Despesas financeiras	(384.597)	(255.282)
Equivalência patrimonial	(5.635)	(2.042)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>808.839</u>	<u>782.852</u>

Notas Explicativas

	30/06/2014	30/06/2013
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	100.590	84.437
Ipiranga	233.055	256.520
Oxitenó	49.879	53.824
Ultracargo	14.031	18.246
Extrafarma ⁽¹⁾	9.175	-
Outros ⁽²⁾	15.306	4.038
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	422.036	417.065
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(267)	(267)
Juros capitalizados	(2.844)	(3.681)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>418.925</u>	<u>413.117</u>

	30/06/2014	30/06/2013
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	67.333	66.331
Ipiranga	259.522	220.471
Oxitenó	67.503	66.290
Ultracargo	24.629	23.199
Extrafarma ⁽¹⁾	5.342	-
Outros ⁽²⁾	6.363	5.946
Total	<u>430.692</u>	<u>382.237</u>

	30/06/2014	31/12/2013
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.521.470	2.502.590
Ipiranga	8.191.655	8.077.204
Oxitenó	3.926.366	4.030.122
Ultracargo	1.342.858	1.320.344
Extrafarma	443.664	-
Outros ⁽²⁾	1.273.357	448.285
Total	<u>17.699.370</u>	<u>16.378.545</u>

⁽¹⁾ Informações referentes ao período de 1 de fevereiro a 30 de junho de 2014. Vide nota explicativa nº 3.a).

⁽²⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e controladas Serma e Imaven Imóveis Ltda.

Notas Explicativas

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2014	31/12/2013
Estados Unidos	107.085	109.451
México	95.800	85.610
Uruguai	46.993	50.304
Venezuela	27.149	24.834

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	30/06/2014	30/06/2013
Receita líquida das vendas:		
Brasil	32.169.892	28.337.553
México	68.920	66.784
Venezuela	38.496	88.570
Outros países da América Latina	166.582	164.845
Estados Unidos e Canadá	73.739	76.174
Extremo Oriente	25.970	18.809
Europa	42.468	32.547
Outros	28.030	18.790
Total	<u>32.614.097</u>	<u>28.804.072</u>

Notas Explicativas

22 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxitenó.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	30/06/2014	31/12/2013
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	458,4	457,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	165,6	156,0
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	456,3	443,4
	<u>1.080,3</u>	<u>1.056,6</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.190,5)	(1.294,9)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(62,4)	(45,3)
	<u>(1.252,9)</u>	<u>(1.340,2)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>429,4</u>	<u>427,1</u>
Posição líquida ativa – total	256,8	143,5

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida ativa de R\$ 256,8 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	1,7	4,2	8,4
(2) Efeito no patrimônio líquido		24,0	60,0	120,1
(1) + (2)	Efeito	25,7	64,2	128,5
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(1,7)	(4,2)	(8,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido		(24,0)	(60,0)	(120,1)
(3) + (4)	Efeito	(25,7)	(64,2)	(128,5)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide nota explicativa nº 2.r).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 30 de junho de 2014 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

Notas Explicativas

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

em milhões de Reais	Nota explicativa	30/06/2014	31/12/2013
CDI			
Equivalentes de caixa	4	2.066,1	2.051,1
Aplicações financeiras	4	712,1	747,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	67,7	112,3
Financiamentos e debêntures	14	(4.990,8)	(3.862,0)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	(484,0)	(452,5)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	22	(462,0)	(854,6)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(3.090,9)</u>	<u>(2.258,4)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(564,0)	(640,5)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(564,0)</u>	<u>(640,5)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	22	310,3	329,7
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(350,4)	(374,4)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(40,1)</u>	<u>(44,7)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(34,8)	(31,2)
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(34,8)</u>	<u>(31,2)</u>
Posição líquida passiva total		<u>(3.729,8)</u>	<u>(2.974,8)</u>

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

<u>em milhões de Reais</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	14,0	35,0	70,0
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,4	1,0	2,1
Efeito nos juros da dívida	Elevação CDI	(25,7)	(64,2)	(128,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(4,9)	(12,3)	(24,6)
Despesa incremental		(16,2)	(40,5)	(80,9)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(1,5)	(3,7)	(7,4)
Despesa incremental		(1,5)	(3,7)	(7,4)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	-	0,1	0,2
Efeito nos juros da dívida	Elevação LIBOR	(0,1)	(0,1)	(0,3)
Despesa incremental		(0,1)	-	(0,1)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TIIE	(0,1)	(0,1)	(0,3)
Despesa incremental		(0,1)	(0,1)	(0,3)

Notas Explicativas

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	30/06/2014	31/12/2013
Ipiranga	130.585	121.205
Ultragaz	22.737	20.793
Extrafarma	5.843	-
Ultracargo	2.513	2.513
Oxiteno	2.457	2.569
Total	<u>164.135</u>	<u>147.080</u>

Notas Explicativas

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.883,4 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2014 totaliza R\$ 1.484,0 milhões. Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.350,0 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2014 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 30 de junho de 2014 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	9.557,4	2.883,4	3.178,2	3.379,8	116,0
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	63,0	37,7	25,3	-	-
Fornecedores	873,9	873,9	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 11,6%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 2,26 em 2014, R\$ 2,35 em 2015, R\$ 2,64 em 2016, R\$ 2,87 em 2017 e R\$ 3,09 em 2018 (iii) TJLP de 5,0% e (iv) IGP-M de 7,0% em 2014, 6,7% em 2015, 7,0% em 2016, 6,3% em 2017 e 6,3% em 2018 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2014, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 30 de junho de 2014. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Notas Explicativas

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
			30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	
					R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU,		US\$ 140,0	US\$ 140,0	310,3	329,7	310,3	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	Citibank, HSBC,	jul/2014 a	US\$ 83,1	US\$ 87,4	186,3	212,8	186,3	-
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú, JP Morgan,	abr/2017	US\$ (223,1)	US\$ (227,4)	(484,0)	(452,5)	-	484,0
Resultado acumulado	Santander		-	-	12,6	90,0	496,6	484,0
b.1 e b.2 – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, HSBC,	jul/2014 a	US\$ 30,5	US\$ 48,1	67,7	112,3	67,7	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)	Itaú	set/2014	US\$ (30,5)	US\$ (48,1)	(67,2)	(115,4)	-	67,2
Resultado acumulado			-	-	0,5	(3,1)	67,7	67,2
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mai/2015 a	R\$ 327,5	R\$ 627,5	508,3	937,0	508,3	-
Passivo em taxa de juros CDI	Banco do Brasil,	ago/2016	R\$ (327,5)	R\$ (627,5)	(462,0)	(854,6)	-	462,0
Resultado acumulado	Itaú		-	-	46,3	82,4	508,3	462,0
Resultado acumulado total bruto					59,4	169,3	1.072,6	1.013,2
Imposto de renda					(9,0)	(24,3)	(9,0)	-
Resultado acumulado total líquido					50,4	145,0	1.063,6	1.013,2
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)					61,3	151,6		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)					(10,9)	(6,6)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 30 de junho de 2014, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 223,1 milhões de principal com posição passiva, na média a 102,4% do CDI, sendo US\$ 83,1 milhões, com posição ativa a US\$ + 3,6% a.a. e US\$ 140,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,0% a.a.

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 30 de junho de 2014, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 12,5 milhões e tinham na média uma posição ativa a 85,1% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior – O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 18,0 milhões de principal com posição ativa a 96,0% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 30 de junho de 2014 estes contratos de *swap* totalizavam R\$ 327,5 milhões de valor *nocional*, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 11,8% a.a. e passiva a 98,6% do CDI.

Notas Explicativas

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 30 de junho de 2014 os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 327,5 milhões de valor *nocional* referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2014 uma receita de R\$ 3,9 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 5,4 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 31,3 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 98,6% do CDI.

Em 30 de junho de 2014, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 80,0 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2014, uma despesa de R\$ 19,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 1,2 milhão referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma receita de R\$ 10,1 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

Em 30 de junho de 2014 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior totalizavam US\$ 18 milhões de valor *nocional* referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, sendo reconhecida no resultado em 2014 uma receita de R\$ 4,7 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e a demonstração de resultado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 e de 2013 da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	30/06/2014	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(20,5)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	9,0	4,8
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	9,2	-
Total	(2,3)	4,8

	R\$ milhões	
	30/06/2013	31/12/2013
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(12,6)	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(1,7)	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	35,7	-
Total	21,4	-

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida), (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados a seguir:

	Categoria	Nota explicativa	30/06/2014		31/12/2013	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	191.514	191.514	224.926	224.926
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.066.066	2.066.066	2.051.143	2.051.143
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.197	4.197	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	701.510	701.510	736.638	736.638
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	384.747	384.747	368.781	368.781
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	61.270	61.270	151.594	151.594
Total			3.419.922	3.419.922	3.543.700	3.543.700
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	680.298	680.298	1.118.281	1.118.281
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	4.543.540	4.499.320	4.340.967	4.373.680
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.231.135	2.214.542	1.459.412	1.456.282
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	48.506	48.506	44.391	44.391
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	10.900	10.900	6.575	6.575
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	108.613	108.613	-	-
Total			7.622.992	7.562.179	6.969.626	6.999.209

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data das informações trimestrais.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensurados a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendedor* (vide nota explicativa nº 14.1), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

		Nota explicativa	30/06/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.066.066	2.066.066	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.197	4.197	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	701.510	701.510	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	384.747	131.445	253.302	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	61.270	-	61.270	-
Total			3.217.790	2.903.218	314.572	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	680.298	-	680.298	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	10.900	-	10.900	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	3.a	108.613	-	108.613	-
Total			799.811	-	799.811	-

Notas Explicativas

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	2.051.143	2.051.143	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	736.638	736.638	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	368.781	-	368.781	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>151.594</u>	<u>-</u>	<u>151.594</u>	<u>-</u>
Total			<u>3.308.156</u>	<u>2.787.781</u>	<u>520.375</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.118.281	-	1.118.281	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	<u>6.575</u>	<u>-</u>	<u>6.575</u>	<u>-</u>
Total			<u>1.124.856</u>	<u>-</u>	<u>1.124.856</u>	<u>-</u>

(1) Referem-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma que, se exercidos, poderão acarretar uma emissão de até 3.205.622 ações no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização. Os bônus são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa 3.a).

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2014. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 2,84 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2014, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 30 de junho de 2014 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação	83.749	227.818	371.888
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	do dólar	(83.741)	(227.826)	(371.910)
(1)+(2)	Efeito líquido	8	(8)	(22)
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do	(874)	16.139	33.151
(4) Margem bruta da Oxitenio	dólar	874	(16.139)	(33.151)
(3)+(4)	Efeito líquido	-	-	-

Notas Explicativas

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de junho de 2014 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	12.008	24.642
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(12.004)	(24.637)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>5</u>

Notas Explicativas**23 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)****a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, baseada na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2013	Saldo inicial Extrafarma	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 30/06/2014
IRPJ e CSLL	360.861	10.630	33.518	-	12.843	417.852
PIS e COFINS	86.512	25.540	-	-	3.437	115.489
ICMS	33.113	7.096	366	(22.550)	1.108	19.133
INSS	6.251	-	144	-	195	6.590
Cíveis	90.886	778	462	(3.032)	58	89.152
Trabalhistas	60.174	1.866	4.081	(3.243)	1.044	63.922
Outras	1.223	289	3	(1.132)	26	409
Total	639.020	46.199	38.574	(29.957)	18.711	712.547
Circulante	69.306					65.546
Não circulante	569.714					647.001

Algumas das provisões tributárias acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 486.629 em 30 de junho de 2014 (R\$ 456.075 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

b. Processos tributários

Provisões

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008 e denegada em sentença de 2ª instância, proferida em 18 de julho de 2014. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 373.456 em 30 de junho de 2014 (R\$ 345.513 em 31 de dezembro de 2013) e constituíram passivo correspondente para esse fim. As controladas ingressarão com as medidas judiciais cabíveis para restabelecer a liminar em instância superior.

A controlada IPP possui provisão para processo de IRPJ e CSLL referente a inconstitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ, no montante de R\$ 20.232 em 30 de junho de 2014 (R\$ 19.806 em 31 de dezembro de 2013).

As controladas Oxitenos S.A., Oxitenos Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxitenos Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 89.216 em 30 de junho de 2014 (R\$ 86.306 em 31 de dezembro de 2013).

A controlada IPP possuía provisão relativa a ICMS referente, principalmente, a exigência do tributo sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não era evidente, no montante de R\$ 19.449 em 31 de dezembro de 2013. No segundo trimestre de 2014, a controlada constituiu contraprova documental, que será objeto de perícia judicial, referente à acusação de falta de recolhimento de ICMS por suposta omissão de operações de saída de óleo combustível, reavaliando a probabilidade de perda desta causa como “possível”, revertendo, portanto, a provisão.

Notas Explicativas

Passivos contingentes

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 118.155 em 30 de junho de 2014 (R\$ 113.555 em 31 de dezembro de 2013); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o fisco entende não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 35.637 em 30 de junho de 2014 (R\$ 29.565 em 31 de dezembro de 2013); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 44.729 em 30 de junho de 2014 (R\$ 25.576 em 31 de dezembro de 2013); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 43.353 em 30 de junho de 2014 (R\$ 40.848 em 31 de dezembro de 2013); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), R\$ 17.511 em 30 de junho de 2014 (R\$ 17.222 em 31 de dezembro de 2013); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 28.611 em 30 de junho de 2014 (R\$ 27.215 em 31 de dezembro de 2013); (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 53.882 em 30 de junho de 2014 (R\$ 47.106 em 31 de dezembro de 2013); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 39.329 em 30 de junho de 2014 (R\$ 36.398 em 31 de dezembro de 2013); (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 31.193 em 30 de junho de 2014 (R\$ 30.726 em 31 de dezembro de 2013); (j) autuações que contemplam diversas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias, dentre elas suposta falta de emissão de documento fiscal, suposta falta de entrega ou entrega com incorreções de relatórios informativos ao fisco, erro no preenchimento de DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros, R\$ 11.112 em 30 de junho de 2014 (R\$ 11.806 em 31 de dezembro de 2013); e (k) auto de infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS nas aquisições de óleo lubrificante básico, cujo recolhimento era diferido para o momento da realização da operação subsequente de saída industrializada, relativamente às operações interestaduais (abrangidas pela não incidência constitucional – art. 155, X, ‘b’ da CF), R\$ 11.114 em 30 de junho de 2014 (R\$ 10.657 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 30 de junho de 2014, é de R\$ 146.713 (R\$ 117.697 em 31 de dezembro de 2013).

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.543, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. *Processos cíveis*

Provisões

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 89.152 em 30 de junho de 2014 (R\$ 90.886 em 31 de dezembro de 2013).

Passivos contingentes

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

Notas Explicativas

d. Processos trabalhistas

Provisões

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 63.922 em 30 de junho de 2014 (R\$ 60.174 em 31 de dezembro de 2013) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Passivos contingentes

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 30 de junho de 2014.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

Notas Explicativas

e. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2014, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxitenor Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de junho de 2014 e de 2013, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima		<u>Demanda acumulada (real)</u>	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Em toneladas de eteno	<u>100.497</u>	<u>104.484</u>	<u>100.646</u>	<u>108.292</u>

Notas Explicativas

A controlada Oxiten S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem Qpar S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 30 de junho de 2014 e de 2013, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima		Demanda acumulada (real)	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Em toneladas de eteno	<u>22.050</u>	<u>19.614 (*)</u>	<u>22.085</u>	<u>19.888</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem Qpar S.A. durante os períodos.

Notas Explicativas

f. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiten	US\$ 1.104
Ipiranga	R\$ 705
Ultracargo	R\$ 550
Ultragaz	R\$ 250
Extrafarma	R\$ 116

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxitenio S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana e Extrafarma possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
30 de junho de 2014	26.409	26.855	-	53.264

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
30 de junho de 2014	a pagar	76.044	222.715	117.388	416.147
	a receber	(47.195)	(142.540)	(81.578)	(271.313)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, foi R\$ 31.917 (R\$ 19.004 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013).

Notas Explicativas

24 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 9.685 (R\$ 8.735 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do período. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2014 atingiu 6.799 participantes ativos e 127 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2013, e estão reconhecidos nas informações trimestrais conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	30/06/2014	31/12/2013
Plano de Assistência Médica e Odontológica	33.878	32.028
Multa FGTS	46.690	43.349
Gratificação	22.124	20.545
Seguro de vida	16.231	15.374
Total	118.923	111.296
Circulante	11.922	11.922
Não circulante	107.001	99.374

Notas Explicativas**25 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)**

	30/06/2014	30/06/2013
Receita de vendas bruta	33.261.941	29.350.696
Receita de serviços prestados bruta	279.433	255.838
Impostos sobre vendas	(771.277)	(679.008)
Devoluções e abatimentos	(156.564)	(129.571)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	564	6.117
Receita líquida de vendas e serviços	<u>32.614.097</u>	<u>28.804.072</u>

26 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	30/06/2014	30/06/2013
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	29.533.742	26.104.262
Gastos com pessoal	787.336	655.042
Frete e armazenagens	483.672	455.124
Depreciação e amortização	430.692	382.237
Serviços prestados por terceiros	106.985	73.726
Propaganda e marketing	104.514	80.681
Aluguel de imóveis e equipamentos	55.044	40.030
Outras despesas	132.555	123.199
Total	<u>31.634.540</u>	<u>27.914.301</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30.042.257	26.580.121
Despesas com vendas e comerciais	1.027.623	848.603
Despesas gerais e administrativas	564.660	485.577
Total	<u>31.634.540</u>	<u>27.914.301</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 18.650 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 (R\$ 12.718 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013).

Notas Explicativas**27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	30/06/2014	30/06/2013
Ações promocionais	16.907	12.803
Merchandising	15.652	18.399
Programa de fidelidade	2.418	2.055
Outros	<u>6.591</u>	<u>1.988</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>41.568</u></u>	<u><u>35.245</u></u>

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 o resultado foi um ganho de R\$ 6.692 (ganho de R\$ 14.722 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas**29 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	59.896	48.602	138.685	67.483
Juros de clientes	-	-	30.137	30.025
Outras receitas	5	-	2.432	2.930
	<u>59.901</u>	<u>48.602</u>	<u>171.254</u>	<u>100.438</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(219.037)	(145.922)
Juros sobre debêntures	(45.689)	(31.968)	(119.034)	(54.224)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.523)	(4.592)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	1.347	(13.786)	(19.541)	(26.465)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(23.068)	(19.807)
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 3.a.)	(48)	-	(48)	-
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(8)	(6)	654	(4.272)
	<u>(44.398)</u>	<u>(45.760)</u>	<u>(384.597)</u>	<u>(255.282)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>15.503</u>	<u>2.842</u>	<u>(213.343)</u>	<u>(154.844)</u>

Notas Explicativas**30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)**

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui bônus de subscrição e plano de remuneração em ações, conforme mencionados nas notas explicativas nº 3.a) e 8.c), respectivamente.

Lucro básico por ação	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido da Sociedade	<u>545.988</u>	<u>526.904</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	544.609	534.042
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,0025</u>	<u>0,9866</u>

Lucro diluído por ação	30/06/2014	30/06/2013
Lucro líquido da Sociedade	<u>545.988</u>	<u>526.904</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	548.641	536.412
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,9952</u>	<u>0,9823</u>

Média ponderada das ações (em milhares)	30/06/2014	30/06/2013
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	544.609	534.042
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	1.965	-
Usufruto de ações	2.067	2.370
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	<u>548.641</u>	<u>536.412</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco

Contador

CRC nº 1 SP 138635/O-2